



Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº42/2025**

Período: 15/11/2025 a 21/11/2025

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Presidente do Superior Tribunal Militar foi homenageada em evento do Poder Judiciário
- 2- Alexandre de Moraes sugeriu a inclusão de Mauro Cid e familiares em programa de proteção a testemunhas
- 3- Alexandre de Moraes decidiu pela continuidade da prisão do coronel Marcelo Câmara, réu na trama golpista
- 4- Filhos de alvos políticos da ditadura têm pedidos de anistia e indenização retirados
- 5- Compra de 17 caças pelo governo colombiano pode beneficiar o Brasil
- 6- Primeiro lançamento orbital do Brasil foi adiado para dezembro
- 7- Primeiros recursos a condenação de Jair Bolsonaro são recusados por unanimidade pelo STF
- 8- Destino de Jair Bolsonaro para execução da pena ainda é incerto
- 9 - Segurança da COP30 foi reforçada na última semana do evento
- 10 - Caças Gripen passam por programa de exercícios militares
- 11- Pela primeira vez um réu da trama golpista foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal
- 12- Alexandre de Moraes recebeu pedido para que militares condenados pela trama golpista não sejam algemados na hora da prisão
- 13- Entrevista com o general da reserva Richard Nunes, chefe do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
- 14- Força Aérea Brasileira identifica avião não autorizado sobrevoando o território brasileiro
- 15- Ministro Alexandre de Moraes decretou a prisão de Alexandre Ramagem em virtude de fuga do parlamentar para o exterior
- 16- Colunista avaliou o filme “O Agente Secreto” e seu retrato sobre o período da ditadura militar no Brasil
- 17- Antigo chefe do Estado-Maior do Exército reafirmou a responsabilidade do Alto Comando em manter-se nas conformidades da legislação brasileira

- 1- Presidente do Superior Tribunal Militar foi homenageada em evento do Poder Judiciário**

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no dia 14/11/2025, Maria Elizabeth Rocha, atual presidente do Superior Tribunal Militar (STM), recebeu homenagens na 2ª Conferência Internacional de Sustentabilidade do Poder

Judiciário em Belém, estado do Pará. Na ocasião, tanto os presidentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Mello, quanto do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, expressaram desagravo público à ministra em razão da agressão realizada pelo ministro do STM, Carlos Augusto Amaral Oliveira. Enquanto Fachin enfatizou a coragem da ministra, chamando-a de “Maria Elizabeth Guimarães Teixeira ‘Coragem’ da Rocha”, Vieira de Mello afirmou que a ministra era o farol e esperança por um novo Judiciário, que atenda aos interesses da sociedade, e revelou que as mulheres “têm coragem suficiente para transformar este país”. A presidente do STM agradeceu pelas homenagens e assegurou que sua coragem se deve à “segurança da força ética e republicana”. Relembrando os fatos, no dia 25/10/2025, a ministra pediu perdão pelos erros cometidos pela Justiça Militar Federal em evento de memória do assassinato do jornalista Vladmir Herzog pela ditadura militar (1964-1985). Depois do evento, em sessão plenária, o ministro Oliveira manifestou seu descontentamento com a postura da ministra e a sugeriu estudar mais sobre a história da instituição, além de recomendá-la a refletir sobre a quem pediu perdão. No dia 04/11/2025, a ministra se pronunciou, afirmando que o posicionamento do ministro era “misógino, travestido de conselho paternalista sobre ‘estudar um pouco mais’ a história da instituição” e que essa agressão não apenas atingia ela, mas a todas as magistradas. Maria Elizabeth Rocha é a primeira mulher a ocupar o cargo da presidência em 217 anos da instituição. (Correio Braziliense - Brasil - 15/11/25)

## 2- Alexandre de Moraes sugeriu a inclusão de Mauro Cid e familiares em programa de proteção a testemunhas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, em despacho enviado à Procuradoria Geral da República (PGR) no dia 14/11/2025, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, citou a sugestão da Polícia Federal (PF) de incluir o tenente-coronel Mauro Cid no programa de proteção a testemunhas, a fim de garantir a segurança do militar e de seus familiares, visto que esse era um dos requisitos estabelecidos no acordo de colaboração premiada entre o tenente-coronel e a PF. Conforme o jornal, o programa de proteção a testemunhas compreende em um “conjunto de medidas adotadas pela União com o objetivo de proporcionar proteção e assistência a pessoas ameaçadas ou coagidas devido à sua colaboração com investigações ou processos criminais”. Condenado a dois anos de reclusão em regime aberto por participação na trama golpista, Mauro Cid começou a cumprir a pena na última semana e precisa seguir uma série de procedimentos, dentre os quais destacam-se a proibição de ausentar-se da comarca e recolhimento domiciliar no período noturno, a obrigação de comparecer semanalmente perante o Juízo da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, a proibição de se ausentar do país, a obrigação de entrega dos passaportes ao Juízo da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, a proibição de portar armas, a proibição de utilização de redes sociais e a proibição de se comunicar com os réus das Ações Penais 2.668/DF, 2.693/DF, 2.694/DF e 2.696/DF e com os investigados na Pet 12.100/DF, qualquer que seja a fase em que se encontrem, por qualquer meio de comunicação. Por fim, o jornal informou que a sugestão da PF será avaliada pela PGR em até cinco dias e depois decidida pelo ministro. (Folha de S. Paulo - Política - 15/11/25)

### 3- Alexandre de Moraes decidiu pela continuidade da prisão do coronel Marcelo Câmara, réu na trama golpista

Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, decidiu manter a prisão preventiva do coronel Marcelo Câmara, réu do núcleo de gerência da trama golpista. Em sua decisão, o ministro destacou a necessidade da prisão a fim de evitar tentativas de obstrução do processo e salvaguardar a lei penal. Isso porque o réu, por intermédio de seu advogado, Eduardo Kuntz, tentou obter informações sigilosas do acordo de delação do tenente-coronel Mauro Cid e, logo depois, teve a prisão decretada. Por fim, o ministro alegou que as motivações que o levaram a decretar a prisão em junho de 2025 “permanecem inalteradas, não se verificando qualquer fato superveniente apto a afastar a necessidade e adequação da prisão preventiva decretada”. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/11/25)

### 4- Filhos de alvos políticos da ditadura têm pedidos de anistia e indenização retirados

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, reverteu decisão sobre a anistia e indenização de filhos de perseguidos na ditadura militar, ratificando portarias do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). A análise foi feita pelo Ministério dos Direitos Humanos ao examinar os requerimentos de anistia solicitados por quem sofreu algum tipo de assédio com motivação política entre 1964 e 1988. Os deferimentos foram comparados com as portarias publicadas no Diário Oficial. Cerca de 12 pedidos deferidos ou parcialmente deferidos foram revertidos por Macaé. Os pedidos eram de filhos de alvos políticos que sofreram danos na infância causados pelo governo ditatorial. O ministério informou que os pedidos estão sendo rejeitados por não se enquadarem na lei nº 10.559/2002, referente a anistiados políticos. A ministra manifestou que a decisão é tomada pela falta de provas de perseguição política, mas que os pedidos negados podem ser recorridos. A presidente da Comissão de Anistia, Ana Oliveira, afirmou que pretende conversar com a ministra e espera que ela repense sua decisão ao levar em conta a tese da perseguição reflexa, que entende que a perseguição é transgeracional. (Folha de S. Paulo - Política - 16/11/25)

### 5- Compra de 17 caças pelo governo colombiano pode beneficiar o Brasil

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Colômbia assinou contrato de compra de 17 caças Gripen, modelo que também foi adotado pelo Brasil em 2014 e possui uma linha de montagem implantada pela Saab, empresa sueca responsável pela produção dos aviões, na fábrica da Embraer na cidade de Gavião Peixoto, em São Paulo. Atualmente, a Colômbia faz uso de 10 dos 24 modelos aeronáuticos Kfir originais. Seus modelos mais capazes são os brasileiros A-29 Super Tucano. Segundo o jornal, a escolha colombiana valoriza o projeto tecnológico do Gripen brasileiro, evitando a subutilização do parque instalado no país. Além da Embraer, outras 60 empresas envolvidas no projeto podem ser beneficiadas. Além disso, a Força Aérea Brasileira (FAB) está disposta para treinar os pilotos colombianos. Cerca de 14 brasileiros estão aptos

a pilotar os oito Gripen já entregues à FAB. O jornal também relembrou que a negociação da compra dos caças brasileiros pela FAB levou em conta que 15 dos 36 aviões serão montados no Brasil. Após embaraços orçamentários e o desenvolvimento de um novo modelo, a entrega que estava prevista para até 2029 só será finalizada na próxima década. O Brasil pretende realizar a compra de mais 14 caças adicionais ao contrato original, o que totalizará cerca de R\$4 bilhões. O presidente da fabricante Saab, Micael Johansson, pretende usar a fábrica da Embraer em Gavião Peixoto (SP) para fornecer aviões na região e desafogar a produção europeia. (Folha de S. Paulo - Política - 16/11/25)

#### 6- Primeiro lançamento orbital do Brasil foi adiado para dezembro

De acordo com reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o lançamento comercial do foguete HANBIT-Nano, da empresa sul-coreana Innospace - que estava marcado para o dia 22/11/2025, às 15h, conforme reportado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, foi adiado para 17/12/2025 em decisão conjunta entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e a companhia. Em comunicado, a FAB informou que a alteração na data objetivou a realização de aprimoramentos no processamento de sinais coletados pelo veículo, que por sua vez, serão utilizados para a avaliação de seu desempenho no decorrer do lançamento. O coronel engenheiro Rogério Moreira Cazo, coordenador geral da operação, afirmou que a ampliação do período não representaria se não a condução de novos testes de segurança de forma a garantir a máxima confiabilidade a partir de um ciclo de testes alinhado às melhores práticas no cerne da atividade espacial, etapa esta que assume papel fundamental para assegurar a precisão dos sistemas do foguete, especialmente em missões inaugurais. A operação será conduzida no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), instalação maranhense operada pela FAB. De acordo com a *Folha*, nos últimos anos, o CLA deu espaço somente a lançamentos suborbitais, em especial com o sondagem VSB-30, desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em parceria com a DLR (agência espacial alemã). O governo brasileiro tenta, há duas décadas, retomar a utilização integral do centro de lançamentos, que tem alto potencial por ser o mais próximo da linha do equador no mundo. O evento será o primeiro lançamento orbital feito no país e o primeiro lançamento comercial feito por uma empresa sul-coreana. O foguete, por sua vez, transportará cinco satélites e três experimentos desenvolvidos por organizações do Brasil e da Índia. (Correio Braziliense - Brasil - 21/11/25; Folha de S. Paulo - Ciência - 17/11/25)

#### 7- Primeiros recursos a condenação de Jair Bolsonaro são recusados por unanimidade pelo STF

Em reportagem, o *Correio Braziliense* informou que os primeiros recursos apresentados pela defesa do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022), foram recusados por unanimidade pela primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF). O acórdão, documento que detalha a decisão de cada ministro, abre a possibilidade para novos recursos: os embargos de declaração, que possuem um prazo de cinco dias úteis e podem ser decididos monocraticamente ou pela primeira turma, a depender do relator; e os embargos infringentes, que, pela defesa não ter conseguido dois votos favoráveis na condenação, não podem ser decididos no colegiado, seguindo jurisprudência do

STF. O periódico *O Estado de S. Paulo* destacou que caso algum réu não recorra novamente seria decretado o fim oficial do processo e o início do cumprimento da pena, mas que pelo menos no caso de Jair Bolsonaro deve haver um novo recurso. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, Walter Braga Netto, Almir Garnier, Paulo Sérgio Nogueira, Alexandre Ramagem, Augusto Heleno e Anderson Torres também tiveram seus recursos negados; Mauro Cid não entrou com nenhum recurso. Além desse núcleo da trama golpista, o *Correio* também comunicou que o STF retomou o julgamento do chamado “Núcleo 3”, composto por um agente da Polícia Federal e nove militares de alta patente, dentre eles os “kids pretos”. (*Correio Braziliense - Política* - 18/11/25; *Folha de S. Paulo - Política* - 18/11/25; *O Estado de S. Paulo - Política* - 19/11/2025)

#### 8- Destino de Jair Bolsonaro para execução da pena ainda é incerto

Em editorial, *O Estado de São Paulo*, diante da incerteza do destino do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022) para cumprimento de sentença, posicionou-se a favor da permanência em regime domiciliar, em vez do Complexo Penitenciário da Papuda, de uma sala de Estado Maior do Exército ou sala especial da Polícia Federal, as quais são opções consideradas para prisão. O jornal saiu em defesa da excepcionalidade de Jair Bolsonaro como preso e das suas condições de saúde para justificar a prisão domiciliar. Como informou o periódico *Correio Braziliense*, articulações foram conduzidas por Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em uma reunião reservada com general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, comandante do Exército, e José Múcio Monteiro, ministro da Defesa, que ocorreu na noite do dia 17/11/2025. De acordo com o colunista Lauro Jardim, do jornal *O Globo*, o comandante Paiva evitou opinar sobre a determinação de regime prisional a Bolsonaro, porém apresentou alternativas ao envio do ex-presidente ao Complexo Penitenciário da Papuda, caso o ministro Moraes determine o cumprimento da pena em regime fechado. O destino do ex-presidente, que atualmente cumpre prisão domiciliar, será definido na ocorrência de esgotamento dos recursos da defesa por Moraes, que mantém sigilo sobre os detalhes da decisão. (*Correio Braziliense - Política* - 21/11/25; *O Estado de São Paulo - Opinião* - 18/11/25)

#### 9 - Segurança da COP30 foi reforçada na última semana do evento

De acordo com reportagem do jornal *Correio Braziliense*, durante a última semana da COP30, que foi realizada em Belém, estado do Pará, a segurança foi intensificada em razão do protesto realizado no dia 14/11/2025, em que indígenas invadiram a Zona Azul e foram recebidos pela chegada de autoridades e ministros. O reforço da segurança ocorreu pelo incremento de pontos de controle e pelo aumento de pessoal, do Exército Brasileiro e da Polícia Militar. (*Correio Braziliense - Brasil* - 18/11/25)

#### 10 - Caças Gripen passam por programa de exercícios militares

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* comunicou que a Força Aérea Brasileira (FAB) iniciou um programa de exercícios de disparo de mísseis de longo alcance por caças Gripen. Apesar de terem sido declarados funcionais em

abril de 2025, por enquanto os caças não podem disparar os projéteis, somente realizar interceptações. Por outro lado, já foi possível realizar o reabastecimento em voo utilizando os caças Gripen, o que permite operações por longos períodos. Além desses exercícios, que serão realizados em Natal, estado do Rio Grande do Norte, também estão programadas outras atividades para serem realizadas no Rio de Janeiro. Por fim, o programa brasileiro de aquisição dos caças prevê que este ano fique pronto o primeiro caça produzido pela Embraer, através do acordo de transferência de tecnologia. (Folha de S. Paulo - Política - 18/11/25)

**11- Pela primeira vez um réu da trama golpista foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal**

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou Estevam Theophilo, general da reserva, de todas as acusações no processo da trama golpista. O periódico *Correio Braziliense* destacou que a decisão embasou-se em falta de provas, já que as únicas provas derivam da delação premiada de Mauro Cid. No caso de Estevam Theophilo, que tinha sido acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de dar aval aos planos golpistas em reunião com Jair Bolsonaro, Alexandre de Moraes afirmou que apesar de fortes indícios de participação do indivíduo na trama golpista, não será possível condená-lo em vista das provas disponibilizadas. A principal delas se refere a um encontro entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e Theophilo, em que ambos negam que houve a exposição da minuta do golpe e sua discussão. Os jornais enfatizaram que essa foi a primeira vez que Moraes absolveu um réu da trama golpista. A defesa de Theophilo, em vista da absolvição, exaltou a honra, dignidade e lealdade do Exército Brasileiro ao STF. Contudo, os demais nove réus do núcleo operacional da trama golpista foram condenados por unanimidade. Ao todo são 24 pessoas consideradas culpadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse contexto, os réus coronel Márcio Nunes de Resende Junior e tenente-coronel Ronald Ferreira de Araújo Junior foram condenados por incitação ao crime e associação criminosa. Enquanto o coronel da reserva Bernardo Romão Correa Neto, o coronel Fabrício Moreira de Bastos, e os tenentes-coronéis Hélio Ferreira Lima, Rafael Martins de Oliveira, Rodrigo Bezerra de Azevedo e Sérgio Ricardo Cavaliere, além do policial federal Wladimir Matos Soares, foram condenados por tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Além disso, o STF também votou pela condenação de alguns dos militares que faziam parte do grupo chamado “Copa 2022”, que eram responsáveis pelo plano para assassinar o ministro Alexandre de Moraes. Segundo a Polícia Federal, apenas dois dos seis integrantes foram identificados, sendo eles Rodrigo Azevedo e o tenente-coronel Rafael de Oliveira. As suas defesas negaram a participação dos réus no planejamento. Ainda de acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a absolvição do general da reserva Estevam Theophilo pode amenizar a animosidade entre o STF e as forças militares, embora a relação complicada deva perdurar. O jornal relembrou que essa relação já é antiga, em vista de uma visão propagada pelo ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, para o retorno dos militares à política, a partir de um discurso de fracasso das instituições, sendo um argumento o de que o STF tomava o lugar do Legislativo.

A *Folha* também destacou a visão dos militares acerca dos condenados, na qual poucos simpatizam com o general Walter Braga Neto e são mais comedidos em relação ao general Augusto Heleno, ao ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, e ao ex-ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. Contudo, há uma concordância de que as penas seriam abusivas. Por isso, os generais entrevistados pela *Folha* ficaram satisfeitos e surpresos com a absolvição de Theophilo. Por outro lado, a condenação dos chamados “kids pretos” era previsível. Por fim, o jornal destacou que Alexandre de Moraes tem mantido conversas com membros das forças armadas acerca da suavização dos ritos para a prisão dos militares de alta patente. (Correio Braziliense - Brasil - 19/11/25; Folha de S. Paulo - Política - 19/11/25; O Estado de S. Paulo - Política - 19/11/25)

12- Alexandre de Moraes recebeu pedido para que militares condenados pela trama golpista não sejam algemados na hora da prisão

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, comandante do Exército solicitou a Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal, que os militares condenados pela trama golpista fossem conduzidos por seus próprios pares e que não fossem algemados no momento da prisão. O periódico também destacou que as prisões do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-comandante do Exército e ex-ministro da Defesa, e do general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, devem seguir o mesmo padrão da prisão do general Walter Braga Netto, no Rio de Janeiro, com a separação de uma sala de Estado-Maior aos encarcerados, provavelmente, no Comando Militar do Planalto, em Brasília. Além disso, o jornal destacou que caso os cargos e patentes dos militares fossem cassados pelo Superior Tribunal Militar, eles perderiam o direito à prisão em uma unidade militar. (Folha de S. Paulo - Política - 19/11/25)

13- Entrevista com o general da reserva Richard Nunes, chefe do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

O jornal *Folha de S. Paulo* entrevistou o general da reserva Richard Fernandez Nunes, figura central no Exército, que assumiu o cargo de diretor-geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), um órgão de geointeligência que promove a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Na entrevista, ele defendeu que a discussão climática deve ter como base evidências científicas e que deve haver um sistema de integração de dados entre pesquisadores, ONGs, setor produtivo e o Estado. Em relação ao desmatamento da Amazônia promovido pelos militares na ditadura, Nunes afirmou que é injusto julgar o passado com os olhos de hoje, tendo em vista a diferença do nível de conscientização entre os períodos. Acerca da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, ele respondeu que não possui opinião formada, mas destacou que, em caso de exploração, o Censipam é capaz de realizá-la sob controle e sem causar desastres ambientais. Por fim, em relação à proteção fronteiriça, em vista das tensões entre EUA e Venezuela, o militar da reserva destacou que o Censipam é subordinado ao Ministério da Defesa e são integrados com as Forças Armadas, por isso em caso de demanda eles oferecem seus serviços de inteligência aos órgãos e, se

necessário, mobilizam seus postos para o centro de operações para fornecerem informações em tempo real. Além disso, Nunes destacou que a fronteira norte é prioridade e que as condições na área continuam as mesmas. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 19/11/25)

**14- Força Aérea Brasileira identifica avião não autorizado sobrevoando o território brasileiro**

De acordo com as reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, um avião monomotor oriundo da Venezuela adentrou no espaço aéreo brasileiro, sobrevoando a Terra Indígena Yanomami, na região amazônica. No dia 19/11/2025, os radares da Força Aérea Brasileira (FAB) detectaram o avião no espaço aéreo brasileiro e pontuaram a ausência de plano de voo e de contato com os órgãos de controle, levantando a suspeita de uso da aeronave para o narcotráfico. A FAB, de imediato, aplicou medidas de averiguação para vigiar o comportamento da aeronave, ao passo em que dois caças A-29 Super Tucano seguiram rumo à sua interceptação. O piloto da aeronave suspeita ignorou o tiro de aviso, aplicado a fim de que se cumprissem as ordens da Defesa Aeroespacial, e pousou em uma pista de terra na região de Roraima. A equipe enviada para neutralizar a ocorrência, ao chegar ao local, verificou que o suspeito havia fugido e o avião, que havia sido destruído, tinha sua matrícula adulterada. (Folha de S. Paulo - Brasil - 20/11/25; O Estado de S. Paulo - Brasil - 20/11/25)

**15- Ministro Alexandre de Moraes decretou a prisão de Alexandre Ramagem em virtude de fuga do parlamentar para o exterior**

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, deliberou sobre a prisão de Alexandre Ramagem (PL-RJ), parlamentar e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), condenado pela Primeira Turma do STF a regime inicialmente fechado após julgamento no cerne da trama golpista. Durante investigação por associação criminosa e por participação em tentativa de golpe de Estado, Ramagem havia sido proibido de deixar o país pelo ministro Moraes, que também determinou a entrega de seus passaportes nacionais e estrangeiros. Conforme *O Estado de S. Paulo*, a Câmara dos Deputados informou “não ter sido autorizada missão oficial no exterior” para o deputado, que não teria apresentado pedido de afastamento ou aviso prévio à Presidência da Casa. Segundo o *Correio Braziliense*, a situação teria motivado deputados federais da bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) a protocolar na Polícia Federal (PF) pedido para a prisão preventiva de Ramagem, solicitando análise do caso pelo STF. O parlamentar estaria vivendo em um condomínio de luxo em Miami, nos Estados Unidos, desde setembro de 2025, violando as condições fixadas pelo Supremo e representando risco ao cumprimento de sua pena. A PF, ao receber o pedido de prisão contra o deputado, avaliou solicitar sua inclusão na Lista de Difusão Vermelha da Interpol, que o tornaria um foragido internacional e possibilitaria sua prisão em outros países. Alexandre Ramagem não comentou sobre o caso ou se manifestou através de seus representantes, e seu advogado, Paulo Cintra, afirmou só ter recebido a informação de que o cliente teria decidido se ausentar do país na última semana. Especialistas

consultados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* acreditam que a fuga do parlamentar se caracteriza como um episódio isolado, ligado exclusivamente às circunstâncias de seu processo, apontando que a ocorrência não deve criar repercussões diretas para o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro. O episódio, porém, validaria a preocupação do ministro Moraes a respeito do risco de evasão dos réus da trama golpista, reforçando a adoção de medidas severas para seu monitoramento. (Correio Braziliense - Política - 21/11/25;; Folha de S. Paulo - Política - 21/11/25; O Estado de S. Paulo - Política - 21/11/25)

**16- Colunista avaliou o filme “O Agente Secreto” e seu retrato sobre o período da ditadura militar no Brasil**

Em coluna ao jornal *Folha de S. Paulo*, o escritor e doutor em ciência política João Pereira Coutinho discorreu sobre o longa-metragem brasileiro “O Agente Secreto”, dirigido por Kleber Mendonça Filho e estrelado por Wagner Moura. Com destaque ao caráter dramático da obra, Coutinho apresentou a bestialidade e as lições devastadoras que jazem em seu âmago, relatando o modo como, em uma ditadura, só existe “imaginação para a maldade”. A bestialidade descrita pelo colunista se traduz na forma da corrupção entre delegados, policiais e os funcionários federais vingativos que constituem o antagonismo da trama e pintam um poderoso retrato do Brasil de ontem e de hoje. Conforme Coutinho, o longa, que retratou o período da ditadura como “experiência surreal, febril e alucinante”, em contraposição à “forma solene e íntima” com a qual a obra “Ainda Estou Aqui”, de Walter Salles, lida com o regime autoritário, utilizou do caos para retratar um cenário onde a lei não é aplicável, atuando como denúncia aos indivíduos que não respeitam a memória histórica e buscam reescrevê-la ao ocultar os crimes passados. (Folha de S. Paulo - Colunas - 21/11/25)

**17- Antigo chefe do Estado-Maior do Exército reafirmou a responsabilidade do Alto Comando em manter-se nas conformidades da legislação brasileira**

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o diretor-geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e antigo chefe do Estado-Maior do Exército, general da reserva Richard Fernandez Nunes, afirmou que a resistência aos apelos por um golpe militar em meio à turbulência política iniciada após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022 era “a única postura plausível para um chefe militar”. Reafirmando a responsabilidade do Alto Comando do Exército em se manter nas conformidades da legislação brasileira e no cumprimento do dever legal, o general Nunes relembrou os ataques empenhados por bolsonaristas aos militares que rejeitaram aderir a intentos golpistas, classificados como “generais melancia” por assumir um viés ideológico supostamente comunista, embora dispusessem de uma posição no Exército. Ao ser indagado sobre a convivência de chefes militares com a politização das Forças Armadas, Nunes afirmou ter tomado a atitude certa em manter-se dentro da legalidade, a qual enxergava como a única saída diante da trama. O general não teceu comentários sobre o julgamento de militares de alta patente pelo Supremo Tribunal Federal, tampouco em relação à operação policial nos complexos da Penha e do Alemão. Hoje, ele aplica sua experiência na modelagem das redes de crime organizado atuantes na Amazônia no cerne do Laboratório Integrado de Geointeligência. (Folha de S. Paulo - Política - 21/11/25)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Isabelle Costa

Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)

### **Equipe redação**

Camila Mika Ozassa Sawada

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabricio

Giovanna Pereira dos Santos

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabela Lopes Banfada da Silva

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Lucas Biagini Muniz e Borges

Luisa Rajczuk Quege

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Sala

Nicole Souza Aguiar

Pedro Levi Negromonte de Lima